

Banco Ribeirão Preto S.A

**Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2022**

Índice

Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	5
Balanço patrimonial	8
Demonstração do resultado	9
Demonstração dos resultados abrangentes	10
Demonstração dos fluxos de caixa	11
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	12
Notas explicativas da diretoria às demonstrações financeiras	13
1 Contexto operacional	13
2 Apresentação das demonstrações financeiras	13
3 Descrição das principais políticas contábeis	15
4 Disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez	19
5 Títulos e valores mobiliários	19
6 Instrumentos financeiros derivativos	20
7 Operações de crédito	21
8 Investimentos em participações em controladas	24
9 Imobilizado de uso	24
10 Depósitos e demais instrumentos financeiros	25
11 Obrigações por empréstimos e repasse	26
12 Outras obrigações	26
13 Imposto de renda e contribuição social	27
14 Contingências	28
15 Patrimônio líquido	28
16 Gerenciamento de Riscos, Capital e Análise de Sensibilidade	29
17 Transações com partes relacionadas	32
18 Outras informações	32
19 Eventos subsequentes	33



Senhores acionistas, conselheiros e clientes: Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Ribeirão Preto S.A. – BRP, encerradas em 30 de junho de 2022.

A conjuntura econômica no primeiro semestre deste ano foi marcada pela persistência do fenômeno inflacionário e reduções das perspectivas de crescimento, a nível global.


A amenização do quadro sanitário interno permitiu uma retomada do nível de atividade, principalmente no setor de serviços, acompanhada de melhora nos indicadores de confiança e do mercado de trabalho. Medidas de estímulos como antecipação de 13º a aposentados e pensionistas, e liberação de novo saque extraordinário das contas de FGTS, injetaram quase R\$ 90 bilhões na economia. Contudo, o mundo passou a sentir o impacto da invasão russa à Ucrânia, que desencadeou uma reação coordenada dos países ocidentais, com sanções à Rússia e a alguns de seus cidadãos proeminentes, além de suporte bélico/estratégico para os ucranianos. As commodities apresentaram importante apreciação, notadamente petróleo, alimentos e fertilizantes, e impulsionaram ainda mais o fenômeno inflacionário, já pressionado pelo desarranjo das cadeias globais ainda em processo de recuperação “pós-pandemia”.

Diante da persistência inflacionária, as mais importantes autoridades monetárias ocidentais iniciaram o ciclo de aperto monetário, via redução de balanços e elevação de taxas de juros, reduzindo as projeções de crescimento. Na China, o recrudescimento das infecções por Covid-19, e a perseverança na estratégia nacional de “covid-zero”, demandaram uma freada mais forte da economia. Durante dois meses os principais polos econômicos do país asiático, Xangai e Pequim, mantiveram medidas mais restritivas à circulação de pessoas e mercadorias.

No Brasil, o Banco Central elevou a Selic para o patamar de 13,25%, mas a política monetária não tem encontrado respaldo na política fiscal, que atua em sentido contrário. Com a proximidade eleitoral, executivo e legislativo entraram em “modo eleitoral”. Foram aprovadas emendas constitucionais limitando o ICMS sobre combustíveis, energia elétrica e telecomunicações, e elevando as transferências governamentais. Houve um aumento na percepção de risco fiscal, com reflexos na cotação do dólar, e dificuldades maiores para o trabalho da autoridade monetária.

Diante dos desafios apresentados, ao longo do semestre, o BRP continuou em sua missão e seguiu seu plano estratégico, focado no atendimento personalizado e pautado no relacionamento estreito com seus clientes, investindo linhas de defesa em seus canais de comunicação tais como criação de segundo fator de autenticação para acesso, para transação, além de camadas adicionais que proporcionam significativa segurança e conforto no dia a dia dos clientes. Implementou o aplicativo voltado para pessoas jurídicas que possibilita maior flexibilidade de uso e “comodidade”, atendendo desta forma a totalidade dos clientes, trazendo além das funcionalidades já existentes no aplicativo de pessoas físicas, outras como cadastramento e aprovação de pagamentos por usuários distintos, respeitando as características individuais de cada cliente.

Aumentou a sua infraestrutura de APIs, possibilitando a entrada do BRP no modelo “*Banking as a Service*” (BaaS) com novos modelos de negócios e parcerias de uma maneira bem mais simples e ágil, seguindo as oportunidades que surgem e sendo fiel na agregação de valor aos seus clientes. No Open Finance, o BRP segue cumprindo as determinações do Banco Central do Brasil, estando apto na 3ª fase, que contempla as conformidades funcionais do meio de pagamento Pix.



As esteiras de onboarding digital em operações da carteira varejo vem contribuindo para a melhoria no fornecimento de soluções cada vez mais alinhadas as expectativas dos clientes.

Com isso, o BRP encerrou o primeiro semestre de 2022 com um total de ativos de R\$ 1.148,87 milhões, com a carteira de crédito expandida (Empréstimos/ Financiamentos, fianças, CPRs, CDCA, CRA, CRI e Debêntures) representando R\$ 805,12 milhões. O BRP manteve em sua classificação títulos privados mantidos até o vencimento e possui capacidade financeira para mantê-los.

O total de depósitos, contemplando os depósitos a vista, Certificados de Depósitos Bancários (CDB), Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE), Letras de Crédito Imobiliário (LCI), Letras de Crédito Agronegócio (LCA) e Letras Financeiras Garantidas (LFG) somou R\$ 602,69 milhões.

O lucro líquido do exercício foi de R\$ 13,86 milhões, o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$ 194,05 milhões e o retorno sobre o patrimônio líquido anualizado de 14,9%.

Ao final do semestre, o BRP apresentou uma reserva de liquidez de R\$ 110,92 milhões, equivalente a 57,16% do seu patrimônio.

O patrimônio de referência representou 15,72% dos ativos ponderados pelo risco, excedendo o mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil, que é de 10,5%. Os relatórios detalhados sobre a estrutura de gerenciamento de capital, do risco operacional, de mercado, de liquidez e de crédito encontram-se disponíveis ao acesso público no site da instituição.

Agradecimentos: Agradecemos aos nossos clientes pela escolha do BRP, aos acionistas e conselheiros pelo apoio e confiança, bem como aos nossos colaboradores pela dedicação, fatores estes preponderantes para o desenvolvimento e crescimento do Banco Ribeirão Preto S.A.

Ribeirão Preto, 27 de julho de 2022.

A diretoria



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400, Conjuntos 101, 201, 301 e 401,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho de Administração e Acionistas do

Banco Ribeirão Preto S.A.

Ribeirão Preto - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Ribeirão Preto S.A. (“Banco” ou “BRP”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Ribeirão Preto S.A. em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o semestre findo em 30 de junho de 2021, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do semestre corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 26 de julho de 2021, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a


eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 5 de agosto de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 'F' SP


João Paulo Dal Poz Alouche
Contador CRC 1SP245785/O-2

Banco Ribeirão Preto S.A.

Balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31 de dezembro de		Passivo e patrimônio líquido	Nota	31 de dezembro de	
		30 de junho de 2022	2021			30 de junho de 2022	2021
Circulante		710.841	731.127	Circulante		744.967	708.206
Disponibilidades	4	35	222	Depósitos e demais instrumentos financeiros	10	371.415	318.402
Disponibilidades		35	222	Depósitos à vista		29.651	23.987
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	-	49.999	Depósitos a prazo		19.431	58.604
Aplicações interfinanceiras de liquidez		-	49.999	DPGE		152.135	122.291
Títulos e valores mobiliários	5	494.612	400.733	Captações no mercado aberto		170.198	113.520
Carteira própria		489.180	395.512	Recursos de acetes e emissão de títulos	10	246.422	143.454
Vinculados à prestação de garantias		5.432	5.221	Recursos de letras de crédito imobiliário		150.487	101.095
Instrumentos financeiros derivativos		-	3.782	Recursos de letras de crédito do agronegócio		60.096	8.482
Instrumentos financeiros derivativos		-	3.782	Recursos de letras de financeiras garantida		35.839	33.877
Relações interfinanceiras		2.078	1.436	Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais	11	113.935	226.120
Pagamentos e recebimentos a liquidar		2.078	1.436	BNDES		510	397
Operações de crédito	7	183.082	238.599	FINAME		240	1.250
Setor privado		186.560	239.855	FUNCAFÉ		113.185	224.473
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(3.478)	(1.256)	Instrumentos financeiros derivativos		-	2.400
Outros créditos		14.455	18.086	Instrumentos financeiros derivativos		-	2.400
Títulos e crédito a receber - Sem Característica de Concessão de Crédito	18	525	600	Outras obrigações		13.195	17.830
Títulos e crédito a receber - Com Característica de Concessão de Crédito	7	10.047	16.512	Sociais e estatutárias	15	3.466	5.393
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito - Com Característica de Cessão de Crédito	7	(100)	(155)	Fiscais e previdenciárias	12	3.754	7.303
Diversos		3.736	778	Diversas	12	5.975	5.134
Créditos a receber	7	663	674	Não Circulante		209.849	321.750
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito - Créditos a receber	7	(167)	(42)	Depósitos e demais instrumentos financeiros	10	51.254	89.040
Prêmio a diferir sobre créditos a receber		(249)	(281)	Depósitos a prazo		51.254	68.220
Outros valores e bens	18	16.579	18.270	DPGE		-	20.820
Ativos não financeiros mantidos para venda		16.579	18.992	Recursos de acetes e emissão de títulos	10	103.794	180.428
Provisões para desvalorizações		-	(722)	Recursos de letras de crédito imobiliário		70.810	107.370
Não Circulante		438.025	484.467	Recursos de letras de crédito do agronegócio		32.984	73.058
Realizável a longo prazo		422.963	472.062	Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais	11	47.435	47.031
Títulos e valores mobiliários	5	24.524	48.398	BNDES		-	614
Carteira própria		24.524	48.398	FINAME		18.829	13.396
Operações de crédito	7	320.052	346.344	FUNCAFÉ		28.606	33.021
Setor privado		325.411	350.933	Outras obrigações		7.366	5.251
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(5.359)	(4.589)	Obrigações fiscais correntes e diferidas	12	7.366	5.251
Outros créditos		78.387	77.320	Patrimônio líquido	15	194.051	185.638
Ativo fiscal diferido	13	23.847	21.294	Capital social		183.612	163.710
Títulos e crédito a receber - Sem Característica de Concessão de Crédito	18	17.847	18.152	Reserva de capital		42	5.751
Créditos a receber	7	41.682	44.963	Reserva legal		693	1.078
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito - Créditos a receber	7	(3.820)	(5.630)	Reservas de lucros		9.704	15.099
Prêmio a diferir sobre créditos a receber		(1.169)	(1.459)				
Outros valores e bens	18	-	-				
Ativos não financeiros mantidos para venda		2.043	2.043				
Provisões para desvalorizações		(2.043)	(2.043)				
Investimentos em participações em controladas	8	12.528	10.788				
Imobilizado de uso		2.534	1.617				
Outras imobilizações de uso		2.979	2.172				
Depreciações acumuladas		(445)	(555)				
Total do ativo		1.148.866	1.215.594	Total do passivo e patrimônio líquido		1.148.866	1.215.594

Banco Ribeirão Preto S.A.

Demonstração do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Semestres findos em 30 de junho	
	Nota	2022	2021
Receitas da intermediação financeira		76.732	72.409
Operações de crédito	7 (f)	46.015	64.764
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5	25.992	(1.955)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6	4.725	9.600
Despesas da intermediação financeira		(54.871)	(26.990)
Operações de captação	10 (b)	(45.414)	(21.604)
Operações de empréstimos e repasses	11	(5.624)	(2.133)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7 (e)	(3.833)	(3.253)
Resultado bruto da intermediação financeira		21.861	45.419
Receitas de prestação de serviços		1.533	1.054
Despesas de pessoal		(5.550)	(5.435)
Outras despesas administrativas		(6.021)	(6.783)
Despesas tributárias		(1.518)	(1.925)
Outras receitas operacionais		5	151
Resultado de participação em controlada	8	660	1.427
Resultado operacional		10.970	33.908
Resultado não operacional	18	7.318	54
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		18.288	33.962
Imposto de renda e contribuição social	12	(2.669)	(12.838)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(3.108)	(8.065)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		439	(4.773)
Participações no resultado	18	(1.756)	(2.100)
Lucro líquido no semestre		13.863	19.024
Número de ações		182.678.119	162.776.579
Lucro líquido por ação - R\$		0,08	0,11

Banco Ribeirão Preto S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Semestres findos em 30 de junho	
	2022	2021
Resultado líquido do semestre	13.863	19.024
Itens que não serão reclassificados para o resultado	6	1.113
Atualização de títulos patrimoniais	6	1.113
Total resultado abrangente do semestre	13.869	20.137

Banco Ribeirão Preto S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Semestres findos em	
	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre	13.863	19.024
Provisão para impostos sobre o lucro correntes e diferidos	2.669	12.838
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	3.833	3.253
Provisão para participações no resultado	1.756	2.100
Depreciações	146	50
Resultado de participação em controlada	(660)	(1.427)
Resultados com investimentos	(5.709)	-
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	3.187	12.287
Variação de ativos e passivos	(63.833)	(177.828)
Títulos e valores mobiliários	(73.192)	(91.610)
Instrumentos financeiros derivativos	3.782	(86)
Relações interfinanceiras	(642)	(2.739)
Operações de crédito	77.976	(24.817)
Outros créditos	(105)	(20.492)
Outros valores e bens	1.691	495
Depósitos e demais instrumentos financeiros	15.227	21.727
Obrigações por operações compromissadas	-	40.802
Recursos de aceites e emissão de títulos	26.334	(49.468)
Obrigações por repasses	(111.781)	(51.686)
Instrumentos financeiros derivativos	(2.400)	55
Outras obrigações	(723)	(9)
Total variações	(44.748)	(129.703)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.782)	(1.707)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais antes dos impostos	(2.782)	(1.707)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(47.530)	(131.410)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de investimentos	(1.080)	(198)
Adição de ativo imobilizado	(1.063)	(31)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(2.143)	(229)
Fluxo de caixa de atividade de financiamento		
Pagamento de juros sobre capital próprio aos acionistas	(512)	(450)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(512)	(450)
Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(50.185)	(132.089)
Modificações na posição financeira		
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do semestre	50.221	152.101
No fim do semestre	35	20.012
Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(50.185)	(132.089)

Banco Ribeirão Preto S.A.**Demonstração das mutações do patrimônio líquido**

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
				Reserva legal	Reservas especiais de lucro		
Saldos em 31 de dezembro de 2020		139.692	3.468	1.274	17.435	-	161.869
Aumento de capital social	15	24.018	-	(1.274)	(17.435)	-	5.309
Atualização de títulos patrimoniais		-	1.113	-	-	-	1.113
Lucro líquido no semestre		-	-	-	-	19.024	19.024
Destinações:							
Reserva legal		-	-	951	-	(951)	-
Juros sobre o capital próprio	15	-	-	-	-	(3.498)	(3.498)
Lucros a disposição dos acionistas		-	-	-	14.575	(14.575)	-
Saldos em 30 de junho de 2021		<u>163.710</u>	<u>4.581</u>	<u>951</u>	<u>14.575</u>	<u>-</u>	<u>183.817</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021		163.710	5.751	1.078	15.099	-	185.638
Aumento de capital social	15	16.177	-	(1.078)	(15.099)	-	-
Reversão JCP proposto 2021		-	3.725	-	-	-	3.725
Integralização JCP ao capital		3.725	(3.725)	-	-	-	-
Atualização de títulos patrimoniais		-	(5.709)	-	-	-	(5.709)
Lucro líquido no semestre		-	-	-	-	13.863	13.863
Destinações:							
Reserva legal		-	-	693	-	(693)	-
Juros sobre o capital próprio	15	-	-	-	-	(3.466)	(3.466)
Lucros a disposição dos acionistas		-	-	-	9.704	(9.704)	-
Saldos em 30 de junho de 2022		<u>183.612</u>	<u>42</u>	<u>693</u>	<u>9.704</u>	<u>-</u>	<u>194.051</u>

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

1 Contexto operacional

O Banco Ribeirão Preto S.A. (“Banco” ou “BRP”), banco múltiplo, com sede na Avenida Presidente Vargas nº 2.121, 4º andar, iniciou suas atividades em 10 de abril de 1995 e tem por objetivo a prática de operações inerentes às carteiras comercial, crédito, financiamento, investimento e leasing. O Banco é controlado pela Varuna Investimentos Financeiras S.A.

O Banco tem por missão principal fomentar a intermediação financeira, colaborando assim com a promoção do desenvolvimento socioeconômico, além de fomentar as atividades mercantil, industrial e de agropecuária.

Coronavírus (COVID-19)

No semestre findo em 30 de junho de 2022, os eventos e condições gerados pela disseminação do novo Coronavírus (COVID-19) continuam sendo monitorados.

Em função do COVID-19, uma série de decisões foram tomadas para manter a qualidade dos serviços prestados, bem como para garantir a segurança dos clientes, colaboradores e fornecedores do BRP. Todos os impactos advindos da pandemia têm sido acompanhados de perto pela Administração e conclui que não alteram a avaliação patrimonial e as estimativas utilizadas na apresentação das demonstrações financeiras de 30 de junho de 2022. Os efeitos desta pandemia continuarão sendo avaliados no decorrer do exercício de 2022.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pela Banco Central do Brasil - BACEN, e estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional - CMN e do Banco Central do Brasil - BACEN, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela diretoria na sua gestão.

Em 12 de agosto de 2020, o Bacen emitiu a Resolução BCB nº 2, que consolida os critérios para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas instituições de pagamento. O objetivo principal dessa norma é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards (IFRS)*.

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas com base no pressuposto de continuidade de suas operações.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de julho de 2022.

a. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Vigentes a partir de 1º de janeiro de 2022:

- (i) Resolução CMN nº 4.858 de 23/10/20 e Resolução BCB nº 92 de 6/5/2021 - Dispõe sobre o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo BCB (Cosif).

- (ii) Resolução CMN n° 4.872 de 27/11/20 e Resolução BCB n° 66 de 26/1/2021 - Dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido.
- (iii) Resolução CMN n° 4.910 de 27/5/21 e Resolução BCB n° 130 de 20/8/2021 - Dispõe sobre a prestação de serviços de auditoria independente.
- (iv) Resolução CMN n° 4.950 de 30/9/21 - Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB na elaboração dos documentos contábeis consolidados do conglomerado prudencial.
- (v) Resolução CMN n° 4.924 de 24/6/21 e Resolução BCB n° 120 de 27/2/2021 - Dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis.
- (vi) Resolução CMN n° 4.968 de 25/11/21 (Revoga a Resolução CMN n° 2.544/98) - Dispõe sobre os sistemas de controles internos das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB.
- (vii) Resolução BCB n° 48 de 10/12/2020 (Revoga a Circular n° 3.365/2007 e altera a Circular n° 3.876/2018) - Dispõe sobre metodologias e procedimentos para a avaliação da suficiência do valor de Patrimônio de Referência (PR) mantido para a cobertura do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB), a identificação, mensuração e controle do IRRBB e a remessa ao Banco Central do Brasil de informações relativas ao IRRBB.
- (viii) Resolução CMN n° 4.966 de 25/11/21 - Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Vigente a partir de 1° de janeiro de 2022, os artigos 24, 76, 78 e inciso XIX do art. 80, e, a partir de 1° de janeiro de 2025, os demais dispositivos.
- (ix) Resolução CMN n° 4.955 de 21/10/21 (Revoga a Resolução n° 4.192/13) - Dispõe sobre a metodologia para apuração do Patrimônio de Referência (PR).
- (x) Resolução CMN n° 4.958 de 21/10/21 (Revoga a Resolução n° 4.193/13) - Dispõe sobre os requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e sobre o Adicional de Capital Principal (ACP).
- (xi) Resolução CMN n° 4.926 de 24/6/21 (Altera a Resolução n° 4.557/2017) - Dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos, a estrutura de gerenciamento de capital e a política de divulgação de informações.
- (xii) Resolução BCB N° 111 de 6/7/21 - Dispõe sobre os critérios para a classificação de instrumentos na carteira de negociação ou na carteira bancária, sobre os requisitos de governança relativos às mesas de operações em que são gerenciados os instrumentos sujeitos ao risco de mercado, sobre as exigências para o reconhecimento de transferências internas de risco na apuração dos requerimentos mínimos de que tratava a Resolução revogada n° 4.193.

Vigentes a partir de 1° de julho de 2022 e 1° de dezembro de 2022:

- (xiii) Resolução CMN n° 4.943 de 15/9/21 (Altera a Resolução n° 4.557/2017) - Dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos, a estrutura de gerenciamento de capital e a política de divulgação de informações.
- (xiv) Resolução CMN n° 4.945 de 15/9/21 - dispõe sobre a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) e sobre as ações com vistas à sua efetividade. A PRSAC consiste no conjunto de princípios e diretrizes de natureza social, de natureza ambiental e de natureza climática a ser observado pela instituição na condução dos seus negócios, das suas atividades e dos seus processos, bem como na sua relação com as partes interessadas.

A administração optou pela não adoção antecipada no que tange as novas atualizações emitidas, e até o presente momento não identificou possíveis impactos materiais.

3 Descrição das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas para o registro das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras do Banco são as seguintes:

a. Moeda Funcional

As informações financeiras do Banco Ribeirão Preto estão representadas em Reais (R\$), que é sua moeda funcional e de apresentação. Arredondada ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b. Redução no valor recuperável de ativos (*Impairment*)

O registro contábil deve assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado no tempo. Quando identificada qualquer evidência de deterioração ou perda de valor, será reconhecida a desvalorização por meio da constituição da provisão para perdas. Tais provisões são reconhecidas no resultado do período, conforme previsto em Resolução nº 4.924/21 de 1/1/22 e em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 01.

c. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para aquelas de natureza financeira.

d. Disponibilidades

Disponibilidades: são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, aplicações em depósitos interfinanceiros e em títulos de renda fixa livres, com prazo total de aplicação de até 90 dias, sendo o risco de mudança no valor de mercado destes considerado insignificante. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

e. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços, calculados “pro rata” dia, com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados.

f. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros

De acordo com a Circular do BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da diretoria em três categorias específicas:

- (i) **Negociação:** classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Por isso, são apresentados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

- (ii) Disponíveis para venda: classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos (“*accrual*”) são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor de mercado ainda não realizados em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários; e
- (iii) Mantidos até o vencimento: nesta categoria são classificados aqueles títulos e valores mobiliários para os quais o banco tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos. A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários é efetuada por ocasião da elaboração dos balanços semestrais, levando em conta a intenção e a capacidade financeira, observado os procedimentos estabelecidos pela Circular do BACEN nº 3.068/01.

g. Mensuração do valor de mercado

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela diretoria, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. De acordo com a Circular do BACEN nº 3.082/02 e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros derivativos devem ser classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da diretoria para fins ou não de proteção (hedge) e ajustados pelo valor de mercado com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, estes são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

h. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (hedge), seguindo as premissas da Circular Bacen nº 3.082/2002.

As operações que utilizam instrumentos financeiros efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizadas e não realizadas, reconhecidas diretamente na demonstração de resultados.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

i. Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Demonstradas a valor presente com base no indexador e na taxa de juros contratuais, calculadas “pro rata temporis” até a data do balanço. As receitas relativas às operações que apresentam atraso igual ou superior a 60 dias são reconhecidas no resultado somente quando recebidas, independentemente do seu nível de classificação de risco.

As operações de crédito são classificadas quanto ao nível de risco, de acordo com os critérios que levam em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores, observados os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN) que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis (de AA a H).

As operações classificadas como nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses e, desde que apresente atraso superior a 180 dias, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Admite-se a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco.

As renegociações de operações de crédito anteriormente baixadas contra provisão e que estavam em conta de compensação são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes das renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

j. Outros valores e bens

Compostos basicamente por bens não destinados a uso, notadamente aqueles recebidos em dação de pagamento, cujo valor é ajustado ao seu valor de realização quando inferior ao saldo devedor da operação original.

k. Permanente

- **Investimento:** o Banco possui participação societária em registradores/depositárias centrais e empresa cuja atividade compreende a assessoria e consultoria financeira. O investimento é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial e foi, inicialmente, reconhecido pelo seu valor de custo (Nota 8).

Conforme Resolução 4.950/21, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na elaboração dos documentos contábeis consolidados do conglomerado prudencial, o Banco Ribeirão Preto S.A. fica dispensado de apresentar demonstração financeiras consolidadas.

- **Imobilizado de uso:** é demonstrado pelo custo de aquisição. A depreciação do imobilizado é calculada com base no método linear, considerando taxas anuais que contemplam a vida útil e econômica dos bens, como segue: máquinas, equipamentos, móveis e utensílios 10%; veículos e equipamentos de processamento de dados 20%; edificações 4%.

l. Passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, deduzidos, quando aplicável, das correspondentes despesas a apropriar, incluindo os encargos incorridos.

m. As obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridas.

n. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda corrente foi calculada pela alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro semestral excedente a R\$ 120. A provisão para contribuição social é constituída pela alíquota de 20% (2021 – 20%). Os ativos fiscais diferidos sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e adições temporárias foram constituídos de acordo com as alíquotas vigentes na data base das demonstrações financeiras, considerando as suas perspectivas de recuperação, e estão registrados no ativo circulante e realizável a longo prazo (Nota 13).

o. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a diretoria use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, substancialmente, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, a provisão para desvalorização de certos ativos, a constituição e realização de imposto de renda diferido, a marcação a mercado dos instrumentos financeiros e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco revisa as estimativas e as premissas mensalmente.

p. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução do CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Contábil (CPC 25) e a Carta Circular nº 3.429/10, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes** - não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- **Contingências passivas** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da diretoria, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação. Causas classificadas como perda possível são apenas divulgadas.
- **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - referem-se às demandas judiciais, onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente.

4 Disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez

As rubricas de Disponibilidades e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, apresentado nas demonstrações dos fluxos de caixa estão constituídos por:

	30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021
Disponibilidades	35	222
NTN - Notas do tesouro nacional	-	49.999
	35	50.221

5 Títulos e valores mobiliários

a. Composição por classificação

A carteira é composta por aplicações em títulos públicos, podendo estar livres ou vinculados a garantia de operações na B3 e classificados em categoria de título mantidos para negociação, e privados, podendo ser classificados em categoria de título mantidos para negociação, como debêntures, CRAs (certificados de recebíveis do agronegócio) e CRIs (certificados de recebíveis do imobiliário) e classificados na carteira mantidos até o vencimento, tais como CDCAs (certificado de direitos creditórios do agronegócio) de pessoas jurídicas que exercem atividades voltadas para o agronegócio e CPRs (cédula de produto rural) emitidas por produtores rurais.

	30 de junho de 2022			31 de dezembro de 2021	
	Custo amortizado	Ajuste ao valor de mercado	Valor de mercado (contábil)	Níveis hierarquicos de valor de mercado	Valor de mercado (contábil)
Títulos para negociação					
LFT - Letras financeiras do tesouro	47.353	(24)	47.329	Nível 1	44.867
LTN - Letras do tesouro nacional	224.839	(23.273)	201.566	Nível 1	197.555
NTN - Nota do tesouro nacional	27.801	(1.418)	26.383	Nível 1	25.548
Vinculados à prestação de garantias - LTN	6.060	(627)	5.433	Nível 1	5.221
CRA - Certificados de recebíveis agronegócios	51.178	(724)	50.454	Nível 1	31.955
CRI - Certificados de recebíveis imobiliários	20.102	(201)	19.901	Nível 1	
Debêntures	37.853	(595)	37.258	Nível 1	25.418
CDCA - Certificados de direitos creditórios de agronegócio	8.676	(20)	8.656	Nível 1	8.295
FIDC - Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios	421	-	421	Nível 1	10.025
Total Títulos para negociação	424.283	(26.882)	397.401		348.884
Títulos mantidos até o vencimento					
CDCA - Certificados de direitos creditórios de agronegócio	10.097	-	10.097	Nível 3	7.752
CPR - Cédula de produto rural	111.638	-	111.638	Nível 3	92.495
Total Títulos mantidos até o vencimento	121.735	-	121.735		100.247
Carteira própria	546.018	(26.882)	519.136		449.131
Total	546.018	(26.882)	519.136		449.131

Os títulos privados estão registrados e custodiados na B3 – Brasil, Bolsa e Balcão e os títulos públicos registrados e custodiados na SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia).

b. Composição por vencimento

	2022				2021	
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Títulos para negociação						
LFT - Letras financeiras do tesouro	-	-	-	47.329	47.329	44.867
LTN - Letras do tesouro nacional	171.851	-	-	35.147	206.998	202.776
NTN - Nota do tesouro nacional	-	-	-	26.383	26.383	25.547
CRA - Certificados de recebíveis agronegócios	-	-	-	50.454	50.454	31.955
CRI - Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	19.901	19.901	-
Debêntures	-	-	-	37.258	37.258	25.418
CDCA - Certificados de direitos creditórios de agronegócio	-	-	8.656	-	8.656	8.295
FIDC - Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios	-	-	-	421	421	10.025
Total Títulos para negociação	171.851	-	8.656	216.893	397.400	348.883
Títulos mantidos até o vencimento						
CPR - Cédula de produto rural	-	40.956	56.256	14.426	111.638	92.495
CDCA - Certificados de direitos creditórios de agronegócio	-	-	-	10.098	10.098	7.752
Total Títulos mantidos até o vencimento	-	40.956	56.256	24.524	121.736	100.247
Total	171.851	40.956	64.912	241.417	519.136	449.130

c. Resultado com títulos e valores mobiliários

A rubrica “Receitas da intermediação financeira - Resultado de operações com títulos e valores mobiliários”, no montante de R\$ 25.992, está composta no semestre por rendas de aplicações e operações compromissadas de R\$ 1.497 (2021 – R\$ 1.229), rendas em títulos de renda fixa de R\$ 27.682 (2021 – R\$ 9.103) e marcações à mercado negativa de R\$ 3.187 (2021 – negativa de R\$ 12.287).

6 Instrumentos financeiros derivativos

A operação caracteriza-se como uma estratégia que utiliza os instrumentos financeiros derivativos, especificamente opções, sendo estabelecidas através de opções de compra e venda. Essa operação é considerada de renda fixa, e não sofre influência das variações dos preços dos ativos subjacentes (opções).

	2022	2021
	Valor contábil	Valor contábil
Posição ativa		
Instrumentos financeiros derivativos		
Box 4 pontas	-	3.782
Circulante	-	-
Não circulante	-	3.782
Posição passiva		
Instrumentos financeiros derivativos		
Box 4 pontas	-	2.400
Circulante	-	-
Não circulante	-	2.400

O total auferido no semestre, registrado na rubrica “Resultado com instrumentos financeiros derivativos”, corresponde ao futuro de DI (depósitos interfinanceiros) com objetivo de proteção das oscilações de mercado, derivados de operações em títulos públicos (LTN – Letra do Tesouro Nacional) no montante de R\$ 4.932 e dólar futuro, também utilizado para proteção das exposições em variação cambial originadas de ativos financeiros indexadas em dólar, com montante de R\$ 206.

7 Operações de crédito

(a) Composição da carteira por modalidade de operação - Setor privado

	30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021
Capital de giro	239.744	263.155
Conta garantida	26.745	11.593
Desconto/CDC - Crédito direto ao consumidor	28.408	28.623
Repasses de recursos do BNDES/FINAME	19.679	15.738
Vendor/CCE	27.361	27.217
Crédito pessoal	4.634	8.070
Financiamento rural/Agroindustriais/FUNCAFÉ	142.951	215.179
Cessão de crédito imobiliário	42.345	45.637
CCBI/CCI - Cédula de crédito imobiliário	32.496	37.725
	<u>564.363</u>	<u>652.937</u>
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	<u>(12.924)</u>	<u>(11.672)</u>
	<u>551.439</u>	<u>641.265</u>
Percentual de provisão sobre carteira total	2,29%	1,79%

(b) Composição da carteira por setor de atividade - Setor privado

	30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021
Indústria	23.626	28.513
Comércio	71.758	95.422
Serviços	277.733	324.133
Pessoas físicas	120.447	131.986
Rural	70.799	72.883
	<u>564.363</u>	<u>652.937</u>

(c) **Composição da carteira por faixa de vencimento - Setor privado**

	30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021
Vencidas	445	77
A vencer até 90 dias	56.021	37.315
A vencer entre 91 e 360 dias	140.804	219.649
A vencer acima de 360 dias	367.093	395.896
	564.363	652.937

(d) **Composição das exposições da carteira de crédito por indexador**

	2022		2021	
	Valor	% de participação	Valor	% de participação
PRE	293.475	52,0%	405.010	62,0%
CDI	165.298	29,3%	134.548	20,6%
IGPM	61.831	11,0%	73.056	11,2%
IPCA	43.352	7,7%	39.310	6,0%
TJLP	407	0,1%	1.013	0,2%
Total	564.363	100%	652.937	100%

(e) **Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito apresentou a seguinte movimentação:

	Semestres findos em 30 de junho	
	2022	2021
Saldo inicial	(11.672)	(12.050)
Baixas no semestre	2.581	2.354
Constituição de provisão	(4.429)	(4.215)
Reversões de provisão	596	962
Saldo final	(12.924)	(12.949)

Em atendimento às Resoluções nºs 2.682/99 e 2.697/00, do Conselho Monetário Nacional, o cálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é feito com base nos níveis de risco das operações de crédito. O risco da carteira e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito estavam assim distribuídos:

2022						
Níveis de risco	Curso normal	Atraso	Total das operações	% de participação	Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	% de provisão exigida pela Resolução nº 2.682
AA	96.809		96.809	17,15	0	
A	345.771	3.427	349.198	61,87	1.746	0,5
B	65.104	4.939	70.043	12,41	700	1
C	11.786	5.190	16.976	3,01	509	3
D	2.932	17.440	20.372	3,61	2.037	10
E	156	1.521	1.677	0,30	503	30
F	62	1.251	1.313	0,23	657	50
G	3.125	886	4.011	0,71	2.808	70
H	15	3.949	3.964	0,70	3.964	100
	<u>525.760</u>	<u>38.603</u>	<u>564.363</u>	<u>100,00</u>	<u>12.924</u>	

O valor de R\$ 38.604 (2021 - R\$ 26.052), apresentado na coluna atraso, é representado por contratos com parcelas vencidas no final de cada período.

2021						
Níveis de risco	Curso normal	Atraso	Total das operações	% de participação	Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	% de provisão exigida pela Resolução nº 2.682
AA	113.387		113.387	17,37	0	
A	416.594	3.384	419.978	64,32	2.100	0,5
B	63.451	4.962	68.413	10,47	684	1
C	29.013	5.345	34.358	5,26	1.031	3
D	3.434	2.165	5.599	0,86	560	10
E	779	2.482	3.261	0,50	978	30
F	10	2.109	2.119	0,32	1.060	50
G	126	1.749	1.875	0,29	1.312	70
H	91	3.856	3.947	0,60	3.947	100
	<u>626.885</u>	<u>26.052</u>	<u>652.937</u>	<u>100,00</u>	<u>11.672</u>	

O Banco não tem como prática a cessão de créditos a terceiros, e no semestre findo em 30 de junho de 2022, não realizou operações dessa natureza.

O volume de renegociações em 2022 foi de R\$ 28.848 (2021 – R\$ 15.496).

A rubrica “Receitas da intermediação financeira – Operações de crédito”, no montante de R\$ 46.015 no semestre, é composta de rendas de operações de crédito, no montante de R\$ 41.828 (2021 – R\$ 46.748) e recuperação de créditos baixados como prejuízo no valor de R\$ 4.187 (2021 – R\$ 18.016).

O BRP possui operações vigentes de Fiança Bancária, com saldos totais no semestre de R\$ 315 (2021 – R\$ 315), as quais possuem provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de 1%, pelo rating cadastral.

8 Investimentos em participações em controladas

(a) Investimentos em controlada

O Banco possui investimento no montante de R\$ 738 (2021 - R\$ 1.495) na BRP Assessoria Ltda., que possui como principal atividade a prestação de serviços de consultoria e assessoria financeira. No exercício, a investida auferiu lucro líquido de R\$ 669 (2021 – R\$ 1.441). A participação do Banco é de 99% no capital social da controlada (R\$ 60), tendo como resultado de equivalência patrimonial no semestre o total de R\$ 660 (2021 – R\$ 1.427).

	Participação no Capital (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Valor Contábil 30 de junho de 2022	Resultado Equivalência Patrimonial	Valor Contábil 30 de junho de 2022
BRP Assessoria Financeira Ltda	99%	60	79	78	667	660
Saldo total		60	79	78	667	660

(b) Outros investimentos

O Banco possui outros investimentos que totalizam o montante de R\$ 11.789 (2021 - R\$ 10.709), que se referem, substancialmente, a participação na CIP S.A. (Câmara Interbancária de Pagamento) e na CRT4 – Central de Registro de Títulos e Ativos S/A.

Em março de 2022, ocorreu a desmutualização da CIP. A associação sem fins lucrativos passou por uma cisão cuja parte do patrimônio foi incorporada em uma nova entidade denominada CIP S.A, com fins lucrativos.

9 Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens.

Em 2021 e durante o primeiro semestre de 2022 o Banco BRP realizou benfeitorias em suas instalações, depreciada conforme prazo de locação contratual.

			2022	2021
	Taxa	Custo aquisição	Depreciação acumulada	Custo líquido de depreciação
Movéis e equipamentos de uso	4%	189	(137)	52
Sistema de processamento de dados	20%	1.293	(280)	1.013
Benfeitorias e instalações	10% a 20%	1.497	(27)	1.470
Saldo total		2.979	(444)	2.535
				1.617

10 Depósitos e demais instrumentos financeiros

(a) Composição por vencimento

	Vencimento				30 de junho de 2022
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 90 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Depósito à vista	29.651	-	-	-	29.651
Depósito a prazo	-	6.142	13.290	51.254	70.686
DPGEN	-	96.139	55.996	-	152.135
Vinculados a compromisso de revenda: LTN	170.198	-	-	-	170.198
Recursos de aceites e emissão de títulos - LCI/LCA	-	5.437	205.146	103.793	314.376
LFG - Letra Financeira Garantida	-	-	35.839	-	35.839
	<u>199.849</u>	<u>107.718</u>	<u>310.271</u>	<u>155.047</u>	<u>772.885</u>

	Vencimento				31 de dezembro de 2021
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 90 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Depósito à vista	23.987	-	-	-	23.987
Depósito a prazo	-	14.688	42.973	68.220	125.881
Captação Estruturada	-	-	943	-	943
DPGEN	-	-	122.291	20.820	143.111
Vinculados a compromisso de revenda: LTN	113.520	-	-	-	113.520
Recursos de aceites e emissão de títulos - LCI/LCA	-	19.682	89.895	180.428	290.005
LFG - Letra Financeira Garantida	-	-	33.877	-	33.877
	<u>137.507</u>	<u>34.370</u>	<u>289.979</u>	<u>269.468</u>	<u>731.324</u>

(b) Composição das exposições dos instrumentos de captação, por indexador

	2022		2021	
	Valor	% de participação	Valor	% de participação
CDI	386.504	67,4%	301.296	50,7%
IPCA	142.279	24,8%	242.850	40,9%
SELIC	35.839	6,3%	33.877	5,7%
PRE	8.414	1,5%	15.794	2,7%
Total captação	<u>573.036</u>	<u>100%</u>	<u>593.817</u>	<u>100%</u>

* exceto depósitos à vista e operações vinculadas à compromisso de revenda

A rubrica “Despesas da intermediação financeira - Operações de captação”, no montante de R\$ 45.414, está composta pelo custo dos instrumentos de captação em R\$ 37.403 (2021 – R\$ 19.920), despesas de operações compromissadas de R\$ 7.481 (2021 – R\$ 1.231) e pagamento ao Fundo Garantidor de Crédito com total no semestre de R\$ 530 (2021 – R\$ 453).

11 Obrigações por empréstimos e repasse

	Vencimento			30 de junho de 2022
	Até 90 dias	De 90 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Repasses do BNDES (i)	-	510	-	510
Repasses do FINAME (i)	-	240	18.829	19.069
Repasses FUNCAFÉ (ii)	26.799	86.386	28.606	141.791
	<u>26.799</u>	<u>87.136</u>	<u>47.435</u>	<u>161.370</u>
	Vencimento			31 de dezembro de 2021
	Até 90 dias	De 90 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Repasses do BNDES (i)	-	397	614	1.011
Repasses do FINAME (i)	104	1.146	13.396	14.646
Repasses FUNCAFÉ (ii)	7.640	216.833	33.021	257.494
	<u>7.744</u>	<u>218.376</u>	<u>47.031</u>	<u>273.151</u>

- (i) Referem-se a repasses de recursos do BNDES/FINAME, com vencimento final até 2024, sobre as quais incide a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), taxa pré-fixada e taxa Selic.
- (ii) Referem-se a repasses de recursos do FUNCAFÉ, sobre as quais incide a taxa de juros aproximadamente de 4% a.a. (2021 – 2,25% a.a.) para os recursos liberados aos clientes e a taxa Selic para os recursos ainda não liberados.

A rubrica “Operações de empréstimos e repasses”, com montante de R\$ 5.624, são os valores repassados pelos agentes financeiros na utilização de recursos direcionados. No semestre, com a seguinte composição de R\$ 4.929 (2021 – R\$2.001) ao FUNCAFÉ e R\$ 695 (2021 – R\$132) aos programas do BNDES.

12 Outras obrigações

	30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021
Impostos a recolher	3.754	7.303
Encargos trabalhistas	923	962
Juros sobre capital próprio (Nota 15)	3.466	5.393
Participações no resultado	1.750	1.700
Credores diversos	1.966	1.728
Provisões para contingências (Nota 14)	279	279
Outros	1.057	465
Total Outras Obrigações - Curto Prazo	13.195	17.830
Passivo tributário diferido (Nota 13)	7.366	5.251
Total Outras Obrigações - Longo Prazo	7.366	5.251
	<u>20.561</u>	<u>23.081</u>

13 Imposto de renda e contribuição social

(a) Conciliação de alíquota

	<u>30 de junho de</u> <u>2022</u>	<u>31 de dezembro de</u> <u>2021</u>
Créditos tributários		
IRPJ e CSLL diferido sobre:		
· Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	9.439	8.501
· <i>Impairment</i> de outros valores e bens	918	919
· Provisão para contingências	126	126
· Participações no resultado	788	765
· Ajuste a mercado de títulos de valores mobiliários	12.416	10.982
· Outros	160	1
	<u>23.847</u>	<u>21.294</u>
Menos: parcela circulante	<u>-</u>	<u>-</u>
Parcela não circulante	<u>23.847</u>	<u>21.294</u>
Débitos tributários		
IRPJ e CSLL diferido sobre:		
· Ajuste a mercado de instrumentos financeiros	<u>(7.366)</u>	<u>(5.251)</u>
	<u>(7.366)</u>	<u>(5.251)</u>
Tributos diferidos, líquidos	<u>16.481</u>	<u>16.043</u>

(b) Composição dos tributos diferidos

	<u>30 de junho de</u> <u>2022</u>	<u>31 de dezembro de</u> <u>2021</u>
Créditos tributários		
IRPJ e CSLL diferido sobre:		
· Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	9.439	8.501
· <i>Impairment</i> de outros valores e bens	919	919
· Provisão para contingências	126	126
· Participações no resultado	788	765
· Ajuste a mercado de títulos de valores mobiliários	12.416	10.982
· Outros	160	1
	<u>23.848</u>	<u>21.294</u>
Menos: parcela circulante	<u>-</u>	<u>-</u>
Parcela não circulante	<u>23.847</u>	<u>21.294</u>
Débitos tributários		
IRPJ e CSLL diferido sobre:		
· Ajuste a mercado de instrumentos financeiros	<u>(7.366)</u>	<u>(5.251)</u>
	<u>(7.366)</u>	<u>(5.251)</u>
Tributos diferidos, líquidos	<u>16.482</u>	<u>16.043</u>

(c) Movimentação dos tributos diferidos

	31 de dezembro de 2021	Constituição	Realização	30 de junho de 2022
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.500	1.993	(1.054)	9.439
Participações no Resultado	765	788	(765)	788
Ajuste ao valor de mercado de instrumentos financeiros/derivativos	5.731	2.697	(3.377)	5.051
Outros créditos	1.047	309	(151)	1.205
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	16.043	5.787	(5.347)	16.483

(d) Estimativas de realização

Com base na estimativa da diretoria do Banco, para a realização dos ativos fiscais diferidos, o valor presente desse crédito, utilizando a taxa CDI de 30 de junho de 2022 de 1,04% a.m., é de R\$ 14.968 (2021 – R\$ 13.281). A realização estimada será no 1º ano de R\$ 7.450, do 2º ao 5º ano de R\$ 7.281, e até o ano de 2032, R\$ 238.

14 Contingências

O Banco é parte em ações judiciais tributárias, trabalhistas e cíveis, decorrentes do curso normal das operações.

As contingências tributárias são representadas por processos em que se discute a inconstitucionalidade ou ilegalidade de determinada norma ou movidos pela Administração Tributária Federal, nas situações de hipotético pagamento insuficiente ou em desacordo com o entendimento do órgão fiscalizador.

As contingências cíveis estão constituídas por processos movidos contra o Banco referente às operações de créditos inadimplentes e, também, ações movidas por terceiros, pleiteando revisões contratuais dos créditos ou por danos morais. Atualmente, existem ações movidas contra o Banco sendo avaliadas pelos advogados como probabilidade de perda provável cujo risco mensurado está provisionado na rubrica “Outras obrigações” no montante de R\$ 279 (2021 – R\$ 279).

Conforme avaliação dos assessores legais do Banco, existem causas com probabilidade possível de perda, referente à processos cíveis e trabalhistas, que montam a R\$ 11.973 (2021 – R\$ 11.974) e que, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não estão provisionadas. Também conforme a referida avaliação, não há processos tributários avaliados com probabilidade de perda provável e processos tributários avaliados com probabilidade de perda possível.

15 Patrimônio líquido

O capital social, subscrito e integralizado, em 30 de junho de 2022, é de R\$ 183.612, e sua composição acionária é a seguinte:

		Quantidade ações 31 de dezembro 2021	Valor (R\$) 31 de dezembro 2021
Varuna Investimentos Financeiros S/A	100%	162.776.579	163.710
		Quantidade ações 30 de junho 2022	Valor (R\$) 30 de junho 2022
Varuna Investimentos Financeiros S/A	100%	182.678.119	183.612

Conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 10 de junho de 2022 foi aprovado o aumento do capital com a emissão de 19.901.539 novas ações ordinárias, sendo utilizados recursos de reservas como segue: legal – R\$ 1.078, Reservas especiais de lucros – R\$ 15.099, créditos dos acionistas de juros sobre capital próprio – R\$ 3.725.

O referido aumento de capital foi homologado pelo BACEN em 20 de julho de 2022.

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do semestre, até o limite definido pela legislação societária.

Aos acionistas está assegurado estatutariamente dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. No primeiro semestre de 2022, o BRP contabilizou R\$ 5.316 a título de juros sobre capital próprio mediante aplicação da taxa de juros de longo prazo (TJLP) sobre os valores das contas do patrimônio líquido, sendo deste valor, R\$ 3.466 a título de juros sobre o capital próprio, demonstrado na rubrica “Outras obrigações – Sociais e Estatutárias” e R\$ 1.850 a título de juros sobre capital próprio adicional proposto, contabilizado em rubrica contábil específica no patrimônio líquido, demonstrado em sua totalidade na reserva de lucros.

16 Gerenciamento de Riscos, Capital e Análise de Sensibilidade

O BRP tem como modelo corporativo a tomada de decisão de forma colegiada, onde o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva exercem papel primordial nas atribuições e supervisão dos controles de risco e capital. Na estrutura de gerenciamento, o Diretor de Risco é responsável pela implementação e adequação dos níveis aceitáveis de risco, bem como da aderência às políticas, processos, sistemas, relatórios e modelos de gerenciamento de riscos. Os riscos inerentes às atividades operacionais são disseminados aos colaboradores e todos são responsáveis na mitigação dos mesmos.

(a) Risco de crédito

As contrapartes do Banco são submetidas a um rigoroso processo de análise de crédito, cujo foco principal é a avaliação da capacidade de pagamento, tomando-se por base simulações do fluxo de caixa, alavancagem e cronograma da dívida, qualidade dos ativos, cobertura de juros e capital de giro. Aspectos de natureza qualitativa, tais como orientação estratégica, setor de negócios, áreas de especialização, eficiência, ambiente regulatório e participação no mercado, são sistematicamente avaliados e complementam o processo de análise de crédito. Os limites de crédito das contrapartes do Banco são analisados e aprovados pelo Comitê de crédito a cada nova operação sendo a análise de crédito, de vital importância dentro da estrutura do BRP, pois é nessa etapa que ocorre a análise de documentos cadastrais, contábeis e gerenciais onde se pode:

- Conhecer o negócio, estrutura patrimonial e financeira, composição societária, setor de atuação, entre outras informações a respeito dos proponentes;
- Identificar e apontar os pontos de risco inerentes ao negócio do proponente e/ou setor de atuação, a fim de que haja maior segurança na tomada de decisão de Crédito
- Avaliar a capacidade de pagamento do proponente frente aos recursos financeiros já contraídos e a novas concessões
- Identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na Lei nº 9.613/1998.

(b) Risco de mercado

A análise de risco de mercado é feita com base nos diversos fatores de mercado que podem afetar as posições do Banco, entre os quais se destacam: taxa de juros, preços de inflação e outros. Na gestão do risco de mercado, as operações são classificadas em Negociação e Não Negociação.

Nas operações classificadas como Negociação o BRP utiliza a metodologia “*value-at-risk*” para mensurar o risco. Essa metodologia é baseada em técnicas de simulação histórica e análise dos cenários. Nas operações classificadas como Não Negociação o BRP adota Δ NII, que consiste em calcular a margem financeira do portfólio, levando-se em consideração a receita de juros dos ativos e as despesas de juros dos passivos, para o período de um ano. Este modelo aprimora a análise de sensibilidade da taxa de juros sobre a carteira de ativos e passivos.

Cabe a área de Gestão de Risco gerenciar o risco de mercado da instituição, em cumprimento ao que determina a Resolução nº 4.557/17 do CMN, estabelecer os limites de exposição e tipos de ativos levando-se em conta fatores como a volatilidade do mercado, cenários previstos, oportunidades de lucro, riscos potenciais e as necessidades de financiamento do BRP, definir os prazos dos horizontes de maturação das exposições da carteira de negociação e da aderência a metodologia adotada pela carteira bancária.

(c) Risco de liquidez

O Banco gerencia o risco de liquidez concentrando sua carteira em ativos de alta qualidade e com alta capacidade de solvência. O Banco mantém uma forte estrutura de capital e um baixo grau de alavancagem. Os eventuais descasamentos entre ativos e passivos são monitorados, considerando o impacto de condições extremas de mercado, a fim de avaliar a sua capacidade de realizar ativos ou reduzir alavancagem.

(d) Risco operacional

A área de Gestão de Riscos é responsável pela atividade de gerenciamento do risco operacional do Banco. Com a estrutura definida, visando ao estabelecido na Resolução nº 4.557/17 do CMN, foram implementados a política institucional, os processos, os procedimentos e os sistemas necessários para que a gerência identifique, avalie, monitore e controle os riscos associados ao Banco.

(e) Risco Socioambiental

A área de Gestão de Riscos é responsável pela atividade de gerenciamento do risco socioambiental com especificações dispostas na Resolução nº 4.327/14 do CMN. Os riscos socioambientais são identificados como um dos componentes das diversas modalidades de risco a que a instituição está exposta. Compete a área de Risco a identificação, classificação, avaliação, monitoramento, mitigação e controle do risco socioambiental de todas as suas atividades e operações dos clientes. A área analisa a implementação da governança dos clientes no que se refere à gestão de políticas ambientais e sociais sob ótica de danos relacionados a poluição, à saúde humana, segurança, impactos em comunidades e ameaças à biodiversidade.

(f) Gerenciamento de capital

Visando atendimento à Resolução nº 4.557/17 do CMN, o Banco Ribeirão Preto S.A. tem adotado uma política de gerenciamento de capital que constitui um conjunto de princípios e procedimentos e instrumentos que asseguram a adequação de capital do Banco de forma tempestiva, abrangente e compatível com os riscos incorridos pela instituição, de acordo com natureza e complexidade dos produtos e serviços oferecidos a seus clientes.

• **Limites Operacionais**

Índice de Basileia

Em 23 de fevereiro de 2017, o Banco Central do Brasil (Bacen) divulgou a Resolução CMN nº 4.557/2017, que estabeleceu a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento de capital para as instituições financeiras.

O BRP possui mecanismos que possibilitam a identificação e a avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR). As políticas e as estratégias, bem como o plano de capital, possibilitam a manutenção do capital em níveis compatíveis com os riscos incorridos pelo BRP. Os testes de estresse são realizados periodicamente e seus impactos são avaliados sob a ótica de capital. Os relatórios gerenciais de adequação de capital são reportados para as áreas e para os comitês estratégicos intervenientes, constituindo-se em subsídio para o processo de tomada de decisão pela Alta Administração do BRP.

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

A metodologia de apuração do capital regulamentar, continua a ser estabelecida nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar, e o escopo utilizado para verificação dos limites operacionais.

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.958/2021, o requerimento mínimo de Patrimônio de Referência corresponde a 8%, que somado a 2,5% de Adicional de Conservação de Capital, totaliza a exigência de PR em 10,5%. A apuração dos índices de capital é calculada de forma consolidada com base nas informações do Conglomerado Prudencial, cuja definição é estabelecida pela Resolução CMN nº 4.950/2021, como demonstrado a seguir:

		Junho 2022
	Patrimônio de Referência (PR)	194.052
	Patrimônio de Referência Nível I	194.052
	Capital Principal (CP)	194.052
	Ativos Ponderados por Risco - RWA	1.217.790
Ativos Ponderados pelo Risco	RWA para Risco de Crédito - RWACPAD	863.729
	RWA para Risco de Mercado - RWAMPAD	249.542
	RWA para Risco Operacional por Abordagem Padronizada - RWAOPAD	104.519
	IRRBB (sem efeito do fator F)	16.840
	RWA + IRRBB	1.234.630
Requerimentos do Capital	Capital Principal Mínimo Requerido para o RWA	54.801
Margem sobre os Requerimentos de Capital	Margem sobre o Capital Principal Requerido	139.251
	Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Requerido	139.251
	Índice de Capital Principal (CP/RWA) Amplo	15,72%

(g) Responsabilidade socioambiental

Além daquilo que a Resolução CMN nº 4.327/2014 apregoa, para o BRP responsabilidade socioambiental é quando a própria organização, clientes, usuários, fornecedores ou prestadores de serviços, de forma voluntária, adotam posturas, comportamentos e ações que promovam o bem-estar dos seus públicos interno (funcionários, acionistas etc.) e externo (comunidade, parceiros, meio ambiente etc.). É uma prática voluntária, que envolve o benefício da coletividade e não deve ser confundida exclusivamente por ações compulsórias impostas pelo regulador.

17 Transações com partes relacionadas

Partes relacionadas ao Banco são seus acionistas, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da diretoria e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 05, aprovado pelo CMN através da Resolução nº 4.636/18, consolidada pela Resolução nº 4.818/20.

As transações foram realizadas dentro das características normais do mercado financeiro e dos respectivos produtos sendo remuneradas levando em consideração o índice do CDI, taxas prefixadas ou indexadas a índices de inflação, e apresentam os seguintes saldos e operações em 30 de junho:

(a) Saldos e operações

Descrição	Parte relacionada	Junho 2022		Junho 2021	
		Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Depósitos	Pessoa Física	(85)	(25)	(248)	(3)
Depósitos	Pessoa Jurídica	(1.798)	(47)	(2.191)	(6)
LCI - Letras de crédito imobiliário	Pessoa Física	(12.605)	(702)	(13.781)	(586)
LCA - Letras de crédito do agronegócio	Pessoa Física	(8.543)	(564)	(8.533)	(249)
		(23.031)	(1.338)	(24.753)	(844)

(b) Remuneração da diretoria

As despesas nos semestres de 2022 e 2021 com remuneração dos diretores são compostas basicamente de salários e encargos, participação nos lucros e gratificações, e são registradas junto as despesas dessas naturezas dos demais colaboradores, na rubrica “Despesas de pessoal” e “Participação nos resultados” na demonstração do resultado do semestre.

18 Outras informações

- (i) Foram auferidos no semestre, na rubrica de “Resultado não operacional” da Demonstração do Resultado do Exercício, o valor antes dos impostos de R\$ 6.788, referente à desmutualização da CIP; resultado nas vendas de ativos não financeiros (BNDU) de R\$ 485 e outras rendas não operacionais no montante de R\$ 45.
- (ii) Durante o semestre foram provisionadas participações no resultado no montante de R\$ 1.750 (2021 – R\$ 2.100) baseado métricas definidas pela instituição, e pagamento adicionado no valor de R\$ 6, que montam um total de R\$ 1.756.
- (iii) Os outros valores e bens referem-se à escrituração de imóveis recebidos em dação de pagamento, contabilizados pelo menor valor entre o custo contábil e o valor justo, avaliados periodicamente quanto ao valor recuperável real dos bens e, quando aplicável, é constituída provisão.
- (iv) Títulos e créditos a receber sem característica de concessão, no montante R\$ 17.847 (2021 – R\$ 18.152) referem-se, substancialmente, à dois contratos de permuta financeira com empreendedoras, dos quais foram recebidos R\$ 305 no semestre, referente ao valor líquido das vendas efetivamente realizadas das unidades, conforme fluxo acordado no contrato.

19 **Eventos subsequentes**

Em 20 de abril de 2022 foi publicada a Medida Provisória n1.115 que prevê o aumento em um ponto percentual da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de instituições financeiras, companhias de seguro e de capitalização. A referida cobrança será iniciada após 90 dias da data da publicação da referida Medida Provisória (a partir de 1º de agosto de 2022), conforme o período da noventaena determinado pela Constituição.

* * *